

CONTINUIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS DA ARTICULAÇÃO ENTRE DOCENTES

PEDAGOGICAL CONTINUITY IN BASIC EDUCATION: CHALLENGES OF ARTICULATION AMONG TEACHERS

 <https://doi.org/10.63330/armv2n6-028>

Submetido em: 29/06/2026 e Publicado em: 02/07/2026

Jessica de Oliveira e Silva Conceição

Graduanda na Universidade de Vassouras,
campus Saquarema - RJ

E-mail: jessicaoliver0394@gmail.com

Mariana Gouveia Pimentel

Graduanda na Universidade de Vassouras,
campus Saquarema - RJ

E-mail: gouveiamariana1998@gmail.com

Lisyanne de Xerez Ramalho

Mestra em Novas Tecnologias Digitais na Educação

Docente na Universidade de Vassouras,
campus Saquarema - RJ

E-mail: lisyanneramalho@gmail.com

Juliana de Oliveira Lima Vianna

Doutora em literatura Brasileira

Docente do curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras,
Campus Saquarema - RJ

E-mail: julianavianna@univassouras.edu.br

Resumo

O presente estudo analisou como a ausência de articulação entre os professores das diferentes etapas da Educação Básica afeta o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes. Para fundamentar a discussão, adotou-se a revisão bibliográfica como procedimento técnico-metodológico principal, com foco no levantamento e na análise crítica de livros, artigos científicos, documentos normativos e legislações correlatas, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Base Nacional Comum Curricular. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a falta de articulação e a consequente fragmentação curricular geram rupturas pedagógicas severas, que se traduzem em lacunas cognitivas, dificuldades de adaptação dos discentes aos novos contextos escolares e prejuízos ao desenvolvimento socioemocional. Em contrapartida, constatou-se que os benefícios advindos do planejamento coletivo, do diálogo colaborativo e do estabelecimento de um currículo integrado são capazes de atenuar a evasão e a repetência escolar, além de proporcionar a progressão adequada das competências



acadêmicas, sociais e afetivas. Concluiu-se que o fortalecimento da comunicação docente, amparado por uma gestão escolar participativa e pela formação continuada, constitui um elemento indispensável e estratégico para assegurar a continuidade educativa, superando o isolamento das disciplinas e consolidando os preceitos da educação integral em prol do desenvolvimento pleno dos educandos.

Palavras-chave: Articulação Curricular; Colaboração Docente; Continuidade Pedagógica; Desenvolvimento Integral; Educação Básica.

Abstract

The present study analyzed how the lack of articulation among teachers across the different stages of Basic Education affects both the teaching-learning process and the integral development of students. To substantiate the discussion, a literature review was adopted as the main technical-methodological strategy, focusing on the survey and critical analysis of books, scientific articles, regulatory documents, and related legislations, especially the Law of Guidelines and Bases of National Education and the National Common Curricular Base. The results of the research showed that the lack of articulation and the consequent curricular fragmentation generate severe pedagogical ruptures, which translate into cognitive gaps, difficulties for students in adapting to new school contexts, and damages to socioemotional development. On the other hand, it was found that the benefits resulting from collective planning, collaborative dialogue, and the establishment of an integrated curriculum are capable of reducing school dropout and grade repetition, as well as providing an adequate progression of academic, social, and emotional skills. It was concluded that strengthening teacher communication, supported by participatory school management and continuing education, constitutes an indispensable and strategic element to ensure educational continuity, overcoming the isolation of subjects and consolidating the principles of integral education for the full development of students.

Keywords: Basic Education; Curricular Articulation; Integral Development; Pedagogical Continuity; Teacher Collaboration.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica brasileira, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), organiza-se em diferentes etapas e modalidades de ensino que, embora apresentem características e objetivos específicos, devem compor um percurso formativo contínuo, articulado e progressivo. Nesse cenário, a garantia da continuidade pedagógica constitui um desafio para



as instituições escolares, especialmente diante das dificuldades de comunicação e cooperação entre professores que atuam em diferentes anos e segmentos da escolarização.

No entanto, existem fatores que podem prejudicar essa continuidade, sendo notável a falta de articulação entre professores de diversas etapas da Educação Básica. Essa situação pode causar rupturas no processo de ensino-aprendizagem e impactar negativamente o percurso escolar dos alunos. Segundo Libâneo (2012), é fundamental que as escolas se organizem para garantir a progressão das aprendizagens, evitando descon continuidades que afetem a formação dos estudantes.

Nesse contexto, a ausência de práticas pedagógicas integradas pode dificultar a adaptação às novas exigências escolares, comprometendo não apenas o desempenho acadêmico, mas também os aspectos sociais e emocionais dos educandos.

Complementando essa análise, Vygotsky (1998) ressalta que o desenvolvimento humano acontece de maneira contínua e está intimamente ligado às interações sociais e à mediação pedagógica; portanto, uma fragmentação nas atividades docentes limita a criação de aprendizagens significativas. Diante desse panorama, é importante refletir sobre como os professores de diferentes segmentos da Educação Básica podem se articular melhor, considerando sua importância para um ensino mais integrado e eficaz. Assim sendo, esta pesquisa busca investigar: de que maneira a falta de articulação entre professores em diferentes etapas da Educação Básica pode impactar o desenvolvimento integral dos alunos?

A relevância deste estudo reside na necessidade de entender como a colaboração pedagógica entre docentes afeta o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos. Em um ambiente educacional caracterizado por mudanças constantes e demandas diversas, a falta de comunicação e cooperação entre professores pode resultar em descon continuidades no processo educativo que comprometem a formação dos estudantes.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa contribui para um maior aprofundamento teórico sobre práticas pedagógicas integradas e sobre a importância da mediação docente. Socialmente, este estudo justifica-se pela necessidade de promover uma educação mais inclusiva e alinhada às verdadeiras necessidades dos alunos. No âmbito profissional, ele possibilita reflexões que podem apoiar práticas pedagógicas colaborativas visando melhorar a qualidade do ensino.

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa é analisar como a falta de articulação entre professores das diferentes etapas da Educação Básica afeta tanto o desenvolvimento integral dos alunos quanto o processo de ensino-aprendizagem. Para alcançar esse objetivo principal são estabelecidos objetivos específicos: identificar os principais desafios decorrentes da falta dessa articulação; compreender a importância da mediação pedagógica e das interações sociais na aprendizagem; analisar como as práticas pedagógicas fragmentadas impactam os desenvolvimentos acadêmico, social e emocional dos estudantes;



além de discutir como o diálogo e cooperação entre professores atuam como estratégias para assegurar continuidade no processo educativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A Educação Básica brasileira é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, e compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Essas etapas possuem finalidades específicas, mas devem compor um percurso formativo contínuo e articulado, assegurando a progressão das aprendizagens e a continuidade pedagógica ao longo da trajetória escolar dos estudantes (Brasil, 1996).

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementaridade à ação da família e da comunidade. Por essa razão, não deve ser compreendida apenas como preparação para o Ensino Fundamental, mas como uma etapa com identidade própria, centrada nas experiências, nas interações e nas necessidades da infância (Brasil, 2010).

O Ensino Fundamental constitui a etapa responsável por consolidar e ampliar as aprendizagens iniciadas na Educação Infantil, promovendo o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura, à escrita, ao raciocínio lógico-matemático e à compreensão crítica da realidade social e cultural. Além disso, contribui para a formação ética, cidadã e para a construção da autonomia dos estudantes, favorecendo sua participação ativa na sociedade (Brasil, 1996).

O Ensino Médio representa a etapa conclusiva da Educação Básica e tem como objetivo consolidar e aprofundar as aprendizagens desenvolvidas nas fases anteriores. Nesse percurso, promove a formação integral dos estudantes por meio do desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico, da participação social e da preparação para os desafios acadêmicos e profissionais (Brasil, 1996).

De acordo com a LDB (Brasil, 1996), a Educação Básica está organizada em três etapas complementares e sequenciais. A Educação Infantil atende crianças de 0 a 5 anos de idade, sendo dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos), com foco no desenvolvimento integral da criança. O Ensino Fundamental possui duração de nove anos e é destinado a estudantes de 6 a 14 anos, tendo como finalidade a formação básica do cidadão por meio do desenvolvimento das competências de leitura, escrita, raciocínio lógico, compreensão do ambiente social e exercício da cidadania. Já o Ensino Médio constitui a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, voltada à consolidação e ao aprofundamento dos conhecimentos adquiridos anteriormente, buscando garantir a formação integral dos estudantes, a preparação para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho e para o exercício consciente da cidadania.



Embora cada etapa apresente objetivos e formas de organização próprias, a Educação Básica não pode ser tratada como um conjunto de segmentos isolados. Dessa maneira, a organização da Educação Básica pressupõe a continuidade das aprendizagens ao longo da escolarização, respeitando as especificidades de cada fase do desenvolvimento dos estudantes.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A articulação entre as etapas da Educação Básica constitui condição essencial para a efetivação de uma educação de qualidade. Essa articulação envolve o diálogo entre professores, a continuidade curricular, o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes e a construção de estratégias pedagógicas coerentes com as necessidades de cada faixa etária. Sem esse trabalho integrado, a escolarização tende a se organizar de forma fragmentada, dificultando a progressão das aprendizagens.

A lógica da continuidade pedagógica exige que a escola reconheça a trajetória do estudante como um processo cumulativo e progressivo, no qual as aprendizagens anteriores servem de base para novas experiências escolares. Libâneo (2012) destaca que a organização do trabalho pedagógico deve assegurar coerência entre objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação, evitando rupturas que prejudiquem a formação dos estudantes.

Na perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) compreende a aprendizagem como um processo social mediado pelas interações. O desenvolvimento humano ocorre em relação com o outro e depende das mediações realizadas no ambiente cultural e escolar. Dessa forma, quando professores de diferentes etapas não compartilham informações sobre os conhecimentos já construídos pelos estudantes, reduzem-se as possibilidades de continuidade e aprofundamento das aprendizagens.

A mediação pedagógica exige que o docente reconheça o ponto de partida do aluno, suas experiências anteriores, seus modos de aprender e suas dificuldades. A ausência de articulação entre professores pode levar à repetição desnecessária de conteúdos, à antecipação inadequada de exigências ou à desconsideração de lacunas existentes. Em todos esses casos, o estudante é o principal prejudicado, pois passa a enfrentar um percurso escolar marcado por descontinuidade e instabilidade.

Libâneo (2012) e Saviani (2011) contribuem para essa discussão ao defenderem que a escola deve organizar suas práticas de forma sistemática, intencional e socialmente comprometida. Para esses autores, o ensino não pode ser reduzido a ações isoladas de cada professor, mas precisa integrar planejamento, currículo e avaliação em torno de objetivos comuns. A articulação entre docentes, portanto, fortalece a função social da escola e favorece a apropriação crítica do conhecimento.

Gatti *et al.* (2019) ressaltam que a formação e o desenvolvimento profissional docente não podem ser compreendidos de forma isolada, pois dependem das condições institucionais, da troca entre pares e da construção coletiva de práticas pedagógicas. Nessa direção, a articulação entre professores de diferentes



etapas favorece a circulação de informações sobre o percurso dos estudantes, fortalece a coerência curricular e amplia a capacidade da escola de responder às demandas reais de aprendizagem.

Nóvoa e Alvim (2022) também defendem a valorização da escola como espaço de formação, colaboração e transformação do trabalho docente. Para os autores, os desafios educacionais contemporâneos exigem que os professores atuem de maneira mais coletiva, superando práticas isoladas e fortalecendo projetos pedagógicos comuns. Assim, reuniões pedagógicas, registros compartilhados, conselhos de classe, formação continuada e projetos interdisciplinares constituem mecanismos importantes para aproximar as etapas da Educação Básica e reduzir a fragmentação curricular.

A Base Nacional Comum Curricular reforça essa perspectiva ao estabelecer competências gerais que atravessam toda a Educação Básica. Ao propor uma progressão de aprendizagens, a BNCC contribui para que as instituições escolares organizem o currículo de modo articulado, superando a fragmentação entre áreas do conhecimento, anos escolares e etapas de ensino (Brasil, 2017).

Quando essas transições ocorrem sem planejamento e acompanhamento pedagógico, podem surgir dificuldades de adaptação, lacunas de aprendizagem e inseguranças relacionadas às novas demandas escolares, comprometendo o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes e enfraquecendo a progressão das aprendizagens ao longo da escolarização.

Diante desses desafios, torna-se fundamental que as instituições escolares desenvolvam mecanismos de acompanhamento e integração entre as diferentes etapas da Educação Básica. O planejamento curricular articulado, a comunicação entre docentes e o monitoramento contínuo do percurso formativo dos estudantes favorecem transições mais seguras e contribuem para a construção de experiências educacionais mais coerentes e significativas.

Em diálogo com essa compreensão, a Unesco (2022) defende a educação como um compromisso coletivo, sustentado pela cooperação, pela equidade e pela responsabilidade pública. Essa perspectiva amplia o entendimento da articulação pedagógica, pois evidencia que a continuidade educativa não depende apenas da atuação individual do professor, mas da ação conjunta entre escola, gestão, docentes, estudantes e famílias. A relação entre escola e comunidade permite acompanhar mais de perto o desenvolvimento dos alunos, identificar dificuldades de aprendizagem e construir intervenções mais adequadas às necessidades de cada contexto.

2.3 A ESCOLA EM UMA VISÃO INTEGRAL

Pensar a escola em uma visão integral significa compreender que a formação humana ultrapassa a transmissão de conteúdos escolares. A educação deve contemplar as dimensões cognitiva, social, emocional, física, ética e cultural dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos históricos, sociais e



afetivos. Essa concepção aproxima-se dos princípios da educação integral, que busca promover o desenvolvimento pleno dos educandos (Moll; Silva; Agliardi, 2024).

A educação integral não se limita à ampliação do tempo de permanência na escola. Silva e Diógenes (2025) destacam que o aumento da jornada escolar, por si só, não garante formação integral. Para que essa proposta seja efetiva, é necessário que a escola desenvolva práticas pedagógicas integradas, metodologias participativas, projetos interdisciplinares e ações que relacionem o conhecimento escolar às experiências concretas dos estudantes.

A BNCC reforça essa perspectiva ao reconhecer que a formação dos estudantes envolve não apenas a aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de competências relacionadas à comunicação, à empatia, à cooperação, à responsabilidade e ao exercício da cidadania. Tal orientação evidencia a necessidade de uma educação comprometida com o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões (Brasil, 2017).

Uma escola orientada pela visão integral precisa superar a lógica disciplinar rígida e fragmentada. Os projetos interdisciplinares favorecem a relação entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que os estudantes compreendam os conteúdos de maneira contextualizada e conectada à realidade. Essa integração curricular fortalece a aprendizagem significativa e amplia a capacidade crítica dos alunos diante dos problemas sociais.

A visão integral também exige atenção às desigualdades educacionais. Ao considerar as diferentes realidades sociais, culturais e econômicas dos estudantes, a escola pode desenvolver práticas mais inclusivas e democráticas. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à permanência, ao acompanhamento pedagógico, à formação docente e à melhoria das condições institucionais são fundamentais para garantir o direito à educação de qualidade (Brasil, 2017).

O desenvolvimento socioemocional ocupa lugar central nessa concepção. Ambientes escolares acolhedores, relações de confiança, escuta ativa e práticas de cooperação contribuem para a autoestima, a autonomia e o sentimento de pertencimento dos estudantes. A teoria de Vygotsky (1998) reforça essa compreensão ao demonstrar que as interações sociais são constitutivas do desenvolvimento humano.

Assim, a escola em uma visão integral depende da articulação entre currículo, gestão, prática docente e participação da comunidade. A continuidade pedagógica entre as etapas da Educação Básica torna-se indispensável para que o estudante não seja visto de forma fragmentada, mas como sujeito em processo permanente de desenvolvimento. Nessa perspectiva, compreende-se que as aprendizagens são construídas a partir da interação entre diferentes experiências escolares, sociais e culturais, contribuindo para uma formação mais ampla e significativa.



2.4 DESAFIOS PARA A CONTINUIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

A continuidade pedagógica constitui um dos princípios fundamentais da Educação Básica, pois assegura a progressão das aprendizagens e a articulação entre as diferentes etapas de ensino. Entretanto, sua efetivação ainda enfrenta muitos desafios relacionados às condições estruturais, organizacionais e pedagógicas das instituições escolares. Tais desafios podem comprometer o desenvolvimento integral dos estudantes e dificultar a consolidação dos conhecimentos construídos ao longo da trajetória escolar (Santos *et al.*, 2026).

Um dos principais obstáculos refere-se à fragmentação curricular entre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Quando cada etapa organiza seus objetivos, metodologias e formas de acompanhamento de maneira isolada, a escola tende a desconsiderar os conhecimentos já construídos pelos estudantes e as necessidades que emergem nas transições escolares. Nesse sentido, Pimentel (2019) destaca que a continuidade pedagógica depende da integração entre currículo e práticas docentes, de modo a evitar rupturas no processo de aprendizagem. De forma complementar, Leite *et al.* (2018) enfatizam que essa continuidade também exige articulação entre políticas institucionais e ações concretas no cotidiano escolar, especialmente para garantir que a implementação da BNCC seja acompanhada por melhorias efetivas na aprendizagem.

Outro desafio importante está relacionado à ausência de mecanismos sistemáticos de comunicação entre os profissionais que atuam nas diferentes etapas da Educação Básica. Quando não há troca de informações sobre o percurso formativo dos estudantes, torna-se mais difícil compreender suas necessidades, potencialidades e dificuldades, limitando a construção de estratégias pedagógicas integradas (Nóvoa, 2009).

A ausência de alinhamento entre os processos avaliativos também constitui um desafio para a continuidade pedagógica. Critérios distintos de avaliação entre etapas e componentes curriculares podem dificultar o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes e comprometer a construção de intervenções pedagógicas articuladas. Nesse contexto, a avaliação deve ser compreendida como instrumento de acompanhamento das aprendizagens e de apoio ao planejamento educativo.

As desigualdades sociais e econômicas também representam fatores que impactam diretamente a continuidade pedagógica. Estudantes em situação de vulnerabilidade social frequentemente enfrentam dificuldades de acesso a recursos educacionais, apoio familiar e condições adequadas para a aprendizagem, o que pode ocasionar defasagens no desenvolvimento escolar e aumentar os índices de evasão e repetência (Libâneo, 2013).

Além disso, as transições entre etapas educacionais costumam gerar desafios pedagógicos e socioemocionais para os estudantes, uma vez que a mudança de rotina, de professores, de organização curricular e de expectativas de aprendizagem exige acolhimento, acompanhamento e planejamento



institucional. A BNCC estabelece que essas passagens devem ser conduzidas de forma articulada entre as etapas, garantindo a continuidade das experiências escolares e evitando rupturas que possam comprometer a adaptação e a progressão das aprendizagens. Nesse sentido, Pimentel (2019) reforça que a efetividade desse processo depende de práticas pedagógicas intencionalmente planejadas para sustentar a continuidade do percurso formativo dos estudantes.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação docente. As demandas contemporâneas da Educação Básica exigem professores preparados para articular teoria e prática, reconhecer as especificidades dos estudantes e construir intervenções coerentes com as necessidades de aprendizagem. Nesse sentido, Costa e Gonçalves (2020) destacam que a formação docente precisa promover maior integração entre os saberes teóricos e a prática pedagógica, aproximando a formação inicial e continuada da realidade escolar. De forma complementar, Araújo, Silva e Silva (2019) apontam que a ausência dessa articulação entre conhecimentos pedagógicos, específicos e práticos compromete diretamente a consolidação de práticas que favoreçam a continuidade pedagógica.

A pandemia de COVID-19 evidenciou e ampliou muitos dos desafios já existentes na Educação Básica. O ensino remoto emergencial intensificou desigualdades educacionais, provocou perdas significativas de aprendizagem e exigiu das escolas a construção de novas estratégias para garantir a continuidade dos processos educativos, reforçando a necessidade de planejamento articulado e acompanhamento permanente dos estudantes (Unesco, 2021).

Dessa forma, promover a continuidade pedagógica requer ações integradas que envolvam gestão escolar, professores, famílias e sistemas de ensino. A construção de currículos articulados, o fortalecimento da comunicação entre os profissionais da educação, a formação continuada e a implementação de políticas públicas voltadas à equidade educacional são medidas essenciais para garantir uma trajetória escolar mais consistente e significativa para todos os estudantes.

2.5 O TRABALHO COLABORATIVO DOCENTE COMO ESTRATÉGIA DE CONTINUIDADE PEDAGÓGICA

O trabalho colaborativo docente tem sido reconhecido como uma importante estratégia para fortalecer a continuidade pedagógica na Educação Básica. Essa prática envolve a cooperação entre professores, gestores e demais profissionais da educação na construção de ações pedagógicas compartilhadas, favorecendo a integração curricular e a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem (Nóvoa, 2009).

A colaboração entre docentes possibilita a socialização de saberes, experiências e metodologias, favorecendo práticas coerentes e alinhadas aos objetivos educacionais. Estudos sobre trabalho colaborativo



no contexto escolar indicam que a ação coletiva qualifica a formação continuada e fortalece a aprendizagem dos estudantes (Duarte; Pinto; Barreiro, 2017).

Nesse contexto, o planejamento coletivo assume papel fundamental. Por meio de reuniões pedagógicas, grupos de estudo e momentos de reflexão conjunta, os docentes podem discutir conteúdos, estratégias de ensino e formas de avaliação, promovendo maior alinhamento entre as ações desenvolvidas em sala de aula e os objetivos institucionais da escola (Libâneo, 2013).

O trabalho colaborativo também favorece a construção de uma cultura de corresponsabilidade pela aprendizagem dos estudantes. Em vez de restringir o processo educativo à atuação individual de cada professor, a cooperação amplia a participação dos profissionais da escola na análise dos problemas pedagógicos e no planejamento das intervenções. Essa perspectiva exige liderança pedagógica e ações institucionais que envolvam professores, gestão e comunidade escolar (Melo; Batista; Portilho, 2022).

Além disso, a articulação entre professores de diferentes etapas de ensino contribui para reduzir rupturas pedagógicas durante as transições escolares. O compartilhamento de informações sobre o desenvolvimento dos estudantes permite reconhecer conhecimentos prévios, dificuldades e potencialidades, favorecendo intervenções mais adequadas. Essa integração torna-se ainda mais necessária diante das mudanças na organização escolar, no currículo, nas práticas docentes e nos recursos de ensino (Romanowski; Saheb; Martins, 2019).

A formação continuada desenvolvida em espaços colaborativos também fortalece a prática docente. Segundo Araújo, Silva e Silva (2019), a participação em discussões coletivas e processos reflexivos sobre a própria atuação favorece a ampliação dos conhecimentos profissionais e a construção de novas competências pedagógicas. Nesse contexto, as comunidades de aprendizagem representam uma estratégia importante para potencializar o trabalho colaborativo docente, pois possibilitam o compartilhamento de experiências, a análise de desafios cotidianos e a construção coletiva de soluções para problemas educacionais. De acordo com Duarte, Pinto e Barreiro (2017), esses espaços contribuem para o desenvolvimento profissional contínuo e para a transformação de demandas individuais em ações institucionais voltadas à melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares. O trabalho colaborativo possibilita a integração de diferentes áreas do conhecimento, promovendo aprendizagens mais significativas e contextualizadas. Essa integração favorece a compreensão da realidade de forma mais ampla e fortalece o desenvolvimento de competências previstas pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Portanto, o trabalho colaborativo docente configura-se como um elemento essencial para a construção de uma educação mais integrada, inclusiva e eficaz. Ao promover o diálogo, a cooperação e a corresponsabilidade entre os profissionais da educação, essa prática contribui significativamente para



assegurar a continuidade pedagógica e o sucesso escolar dos estudantes ao longo de toda a Educação Básica. Nesse sentido, Lück (2009) destaca a colaboração como um princípio estruturante da gestão escolar e da prática pedagógica, enquanto Nóvoa (2009) reforça a importância da construção coletiva da profissão docente, enfatizando o desenvolvimento profissional a partir da partilha de saberes e experiências.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel da coordenação pedagógica como mediadora das ações colaborativas no ambiente escolar. Cabe a esse profissional organizar, orientar e articular o trabalho pedagógico, criando momentos de diálogo, partilha de experiências e formação continuada junto aos docentes. Essa atuação favorece a integração entre currículo, ensino e aprendizagem e contribui para que as ações pedagógicas sejam planejadas de forma mais coletiva e intencional (Melo; Batista; Portilho, 2022).

Por fim, é importante destacar que a efetivação do trabalho colaborativo requer condições institucionais adequadas, como tempo destinado ao planejamento coletivo, incentivo da gestão escolar e valorização das práticas cooperativas. Sem essas condições, as iniciativas colaborativas tendem a ocorrer de forma pontual e limitada. Portanto, investir em políticas e ações que favoreçam a colaboração entre docentes constitui uma medida essencial para garantir a continuidade pedagógica, a qualidade da educação e o sucesso escolar dos estudantes ao longo de toda a Educação Básica.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, por buscar compreender os fatores relacionados à articulação entre professores das diferentes etapas da Educação Básica e suas implicações para o desenvolvimento integral dos estudantes.

No que se refere aos procedimentos técnicos, adotou-se a revisão bibliográfica como principal estratégia metodológica. Segundo Marconi e Lakatos (2021), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, seleção e análise crítica de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e legislações, permitindo ao pesquisador conhecer e discutir as diferentes contribuições existentes sobre determinado tema. Nesse sentido, a revisão bibliográfica possibilitou a construção de um referencial teórico consistente acerca da continuidade pedagógica, da prática docente e dos processos de aprendizagem na Educação Básica.

A coleta de dados bibliográficos foi realizada em livros, periódicos científicos, artigos indexados em bases de dados nacionais e internacionais, além de documentos normativos da educação brasileira, especialmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Foram priorizadas produções científicas relacionadas à articulação curricular, práticas pedagógicas, transição entre etapas de ensino, desenvolvimento infantil e mediação da aprendizagem. Também foram considerados documentos legais e autores clássicos da área educacional que



contribuem para a compreensão da continuidade pedagógica, da formação integral e do trabalho colaborativo docente.

A análise dos dados ocorreu por meio da leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa das obras selecionadas, conforme orientações de Gil (2022). Posteriormente, os conteúdos foram organizados em categorias temáticas relacionadas à articulação entre as etapas da Educação Básica, aos desafios da continuidade pedagógica, ao desenvolvimento integral dos estudantes e às estratégias colaborativas voltadas à integração do processo educativo.

Dessa forma, a pesquisa busca compreender as implicações decorrentes da ausência de articulação entre os professores dos diferentes segmentos da Educação Básica, bem como analisar a relevância do diálogo colaborativo, do planejamento integrado e da continuidade das práticas pedagógicas para a promoção de uma formação integral e para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A revisão bibliográfica realizada evidencia que a articulação entre as etapas da Educação Básica constitui um fator essencial para a melhoria da qualidade do ensino e para a continuidade do processo formativo dos estudantes. A literatura analisada indica que o diálogo entre docentes, o planejamento coletivo e a integração curricular podem reduzir rupturas pedagógicas e favorecer a progressão das aprendizagens ao longo da trajetória escolar.

Os estudos analisados indicam que a falta de comunicação entre professores de diferentes segmentos tende a provocar lacunas cognitivas, dificuldades de adaptação e prejuízos ao desenvolvimento socioemocional dos alunos. Em sentido oposto, práticas pedagógicas integradas podem fortalecer o acompanhamento dos estudantes, ampliar a segurança nas transições escolares e tornar o currículo mais coerente com as necessidades reais dos educandos.

A Tabela 1 sintetiza os principais autores utilizados na fundamentação teórica e suas contribuições para a compreensão da continuidade pedagógica, da articulação entre docentes e da educação integral.



Tabela 1 - Síntese dos principais resultados encontrados na literatura

Autor(es)	Principais contribuições
Libâneo (2012)	Destaca a necessidade de integração pedagógica entre as etapas da Educação Básica para evitar rupturas na aprendizagem.
Vygotsky (1998)	Evidencia que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e da mediação pedagógica contínua.
Saviani (2011)	Aponta que a descontinuidade entre etapas escolares pode gerar dificuldades de adaptação e lacunas no aprendizado.
Nóvoa e Alvim (2022)	Defendem a escola como espaço coletivo de formação, valorização e transformação do trabalho docente.
UNESCO (2022)	Reforça a educação como compromisso coletivo, público e cooperativo, voltado à equidade e à aprendizagem ao longo da vida.
Gatti <i>et al.</i> (2019)	Relacionam a formação e o desenvolvimento profissional docente à colaboração entre pares e às condições institucionais da escola.
Brasil (2017)	A BNCC estabelece competências progressivas que favorecem a continuidade da aprendizagem.
Moll, Silva e Agliardi (2024)	Defendem a educação integral como estratégia para o desenvolvimento multidimensional dos estudantes.
Silva e Diógenes (2025)	Demonstram que a educação integral exige integração curricular e inovação pedagógica.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A partir dessas contribuições, observa-se que a continuidade pedagógica depende da atuação conjunta dos professores, da gestão escolar e das políticas curriculares. A mediação pedagógica, conforme discutida por Vygotsky (1998), e a organização do trabalho escolar, conforme destacada por Libâneo (2012), indicam que a aprendizagem se fortalece quando há coerência entre as experiências anteriores dos estudantes e os novos desafios escolares.

Os estudos analisados também evidenciam que a continuidade pedagógica enfrenta obstáculos relacionados à fragmentação curricular, à ausência de mecanismos sistemáticos de comunicação entre docentes, às desigualdades educacionais e às dificuldades encontradas nas transições entre as etapas da Educação Básica. Tais fatores podem comprometer a progressão das aprendizagens e dificultar a construção de percursos formativos mais consistentes.

A Tabela 2 apresenta uma síntese dos benefícios identificados na literatura, apresentando os principais resultados esperados quando a escola promove articulação entre as etapas da Educação Básica.



Tabela 2 - Principais benefícios da articulação entre as etapas da Educação Básica

Aspecto analisado	Benefícios identificados
Continuidade pedagógica	Redução de lacunas de aprendizagem
Planejamento coletivo	Maior coerência curricular
Comunicação docente	Melhor acompanhamento dos estudantes
Currículo integrado	Aprendizagens mais significativas
Gestão democrática	Fortalecimento do trabalho colaborativo
Educação integral	Desenvolvimento multidimensional
Participação familiar	Maior suporte ao estudante
Projetos interdisciplinares	Integração dos conhecimentos
Formação continuada	Aprimoramento das práticas pedagógicas
Transições escolares planejadas	Melhor adaptação socioemocional
Articulação entre etapas	Redução da evasão escolar
Integração curricular	Progressão adequada das competências
Práticas inclusivas	Redução das desigualdades educacionais
Mediação pedagógica	Fortalecimento da aprendizagem significativa
Cooperação institucional	Melhoria da qualidade do ensino

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos seguintes autores: Libâneo (2012), Vygotsky (1998), Nóvoa (2009), Saviani (2011), Brasil (1996; 2017), Moll, Silva e Agliardi (2024) e demais autores analisados na revisão.

Dessa forma, o presente estudo contribui para reforçar a necessidade de práticas pedagógicas mais colaborativas, planejadas e integradas. A articulação entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio pode favorecer a redução de lacunas de aprendizagem, o desenvolvimento multidimensional dos estudantes, a melhoria da adaptação escolar e o fortalecimento de uma escola mais inclusiva, democrática e comprometida com a formação integral.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que a articulação entre os professores das diferentes etapas da Educação Básica constitui um elemento essencial para a continuidade do processo educativo e para a promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. Os estudos analisados evidenciam que a integração entre currículo, planejamento pedagógico, mediação docente e acompanhamento das aprendizagens favorece a construção de percursos formativos mais coerentes, reduzindo rupturas que podem comprometer a adaptação dos estudantes e a progressão das aprendizagens.

A revisão bibliográfica também demonstrou que o diálogo entre os docentes, o planejamento coletivo e o trabalho colaborativo representam estratégias fundamentais para fortalecer a continuidade pedagógica. Da mesma forma, práticas como a integração curricular, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a articulação entre as diferentes etapas da Educação Básica contribuem para a construção de experiências escolares mais significativas, favorecendo o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e ético dos estudantes. Em contrapartida, a fragmentação das práticas pedagógicas e a ausência de mecanismos sistemáticos de comunicação entre os profissionais tendem a dificultar o acompanhamento do percurso escolar e a ampliar as lacunas de aprendizagem.



A literatura analisada evidencia, ainda, que a gestão democrática desempenha papel relevante na consolidação de uma cultura de colaboração entre os profissionais da educação, criando condições para o planejamento integrado, a formação continuada e o fortalecimento das práticas pedagógicas. Nesse contexto, a continuidade pedagógica deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor e passa a constituir um compromisso institucional compartilhado entre docentes, equipe gestora e comunidade escolar.

A principal contribuição desta pesquisa reside no aprofundamento teórico sobre a necessidade de conceber a trajetória escolar como um fluxo contínuo e unificado, fornecendo subsídios para que gestores e educadores fortaleçam a integração entre áreas do conhecimento e compreendam a formação como um processo multidimensional. No âmbito social e profissional, o estudo justifica-se ao propor reflexões que apoiam a construção de ambientes escolares mais inclusivos e equitativos, sintonizados com os princípios da educação integral e com as reais demandas afetivas e culturais dos sujeitos.

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos de caso práticos e investigações de campo em redes de ensino municipais e estaduais para acompanhar de perto a implementação de reuniões de planejamento integrado entre docentes de segmentos distintos. Mostra-se relevante, também, investigar o impacto de programas específicos de formação continuada voltados à transição curricular e à articulação entre as etapas da Educação Básica, avaliando empiricamente como a cooperação institucional contínua pode contribuir para a redução das desigualdades educacionais no cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio; SILVA, Marcelo Donizete da; SILVA, Marilene do Carmo. A formação continuada de professores da educação básica: concepções e desafios na perspectiva dos docentes. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-38, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.26843/ae19828632v12n32019p17a38>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 01 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC, 2017.



COSTA, Clara Corrêa da; GONÇALVES, Helenice Maia. Formação pedagógica no curso de pedagogia: indefinições e desafios. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 631-649, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v24i2.13772>

DUARTE, Arita Mendes; PINTO, Carmem Lúcia Lascano; BARREIRO, Cristhianny Bento. O trabalho colaborativo no contexto escolar: contribuições do individual ao coletivo mediadas pelo Pibid. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-34, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/26894/15728>. Acesso em: 1 jul. 2026.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Brasília: UNESCO, 2019. 351 p. ISBN: 978-85-7652-239-3. Disponível em: https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Livro_ProfessoresDoBrasil.pdf. Acesso em: 02 jun. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LEITE, Eliana Alves Pereira; RIBEIRO, Emerson da Silva; LEITE, Kécio Gonçalves; ULIANA, Marcia Rosa. Alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 144, p. 721-737, jul./set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018183273>

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MELO, Jussara Sant'Ana de; BATISTA, Giovani de Paula; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Desafios da prática pedagógica do pedagogo em formação continuada. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24563-24581, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n4-123>

MOLL, Jaqueline; SILVA, Alexandre Varela da; AGLIARDI, Daniel. A educação integral na contemporaneidade: desafios e percursos curriculares. **Revista de Educação Coletiva**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 89-104, jan./abr. 2024.

NÓVOA, António. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: EDUCA, 2009.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. **Escolas e professores**: proteger, transformar, valorizar. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia; Instituto Anísio Teixeira, 2022.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU. **Revista Nova Paideia: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 1, n. 3, núm. esp., p. 22-33, 2019. DOI: <https://doi.org/10.36732/riep.v1i3.36>



ROMANOWSKI, Joana Paulin; SAHEB, Daniele; MARTINS, Pura Lucia Oliver. Desafios da formação pedagógica do professor da educação básica. **Ensaio Pedagógico**, Sorocaba, v. 3, n. 3, p. 59-68, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14244/enp.v3i3.159>

SANTOS, Franciléia Silva; DUTRA, Jana Gusmão; TOMAZ, Marlene; MELO, Raimundo José Ferreira de. Desafios estruturais da educação básica brasileira: currículo, formação docente e equidade no processo de aprendizagem. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [S. l.], v. 14, p. 479–489, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.18702852 Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/584> Acesso em: 15 maio 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Luciane Lemos da; DIÓGENES, Maria Elenir. A ampliação do tempo escolar e os desafios para a consolidação da educação integral. **Revista Práticas Educativas**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 201-218, jan./jun. 2025.

UNESCO. **Educação em um mundo pós-COVID**: nove ideias para a ação pública. Paris: UNESCO, 2021.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Brasília, DF: UNESCO, 2022.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.